



ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Maj Art **FLÁVIO HENRIQUE PINHEIRO DA COSTA**

**O incremento da participação chinesa em Operações de
Paz da ONU, de 2010 a 2019.**

Rio de Janeiro
2019



Maj Art FLÁVIO HENRIQUE PINHEIRO DA COSTA

O incremento da participação chinesa em Operações de Paz da ONU, de 2010 a 2019.

Projeto de pesquisa apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como pré-requisito para matrícula no Curso de Especialização em Ciências Militares, com ênfase em Defesa.

Orientador: Cel Inf Wagner Alves de Oliveira

Rio de Janeiro

2019

C837i Costa, Flávio Henrique Pinheiro da

O incremento da participação chinesa em Operações de Paz da ONU, de 2010 a 2019. / Flávio Henrique Pinheiro da Costa — 2019.
40f : il. ; 30 cm.

Orientação: Wagner Alves de Oliveira
Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares)— Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.
Bibliografia: f. 35 – 40

1. CHINA 2. ONU 3. OPERAÇÕES DE PAZ 4. NOVA ROTA DA SEDA I.Título.

CDD 355.4

Maj Art **FLÁVIO HENRIQUE PINHEIRO DA COSTA**

O incremento da participação chinesa em Operações de Paz da ONU, de 2010 a 2019.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Aprovado em ____ de outubro de 2019.

COMISSÃO AVALIADORA

Wagner Alves de Oliveira – Cel Inf – Me. Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Luiz Claudio Ferreira de Araujo – Ten Cel Cav – Me. Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Hélio Ferreira Lima – Maj Inf – Me. Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À minha esposa, Anna Karina, mãe de nossos filhos amados, Marina Charlotte e Marcos Vinícius. A força de nossa união nos faz alcançar sonhos impensáveis aos olhos dos homens.

AGRADECIMENTOS

A Deus, toda honra e toda a glória.

Ao meu orientador, Coronel Wagner, pela orientação precisa deste trabalho e pela amizade de longa data.

Aos meus pais, José Maria e Stela Regina, por todo o apoio prestado à minha educação desde a minha infância, permitindo que eu chegasse até aqui.

Aos meus sogros, Edson e Valéria Deslandes, pela incansável ajuda com nossos filhos e outros apoios, proporcionando tranquilidade à minha família desde os momentos de preparação no Concurso de Admissão à ECEME.

Ao Padre Paulo Ricardo, ao General Sérgio Augusto de Avellar Coutinho (*in memoriam*) e ao professor Olavo de Carvalho, grandes mestres, por terem arrancado o véu que obscurecia minhas vistas.

“Se você quer um ano de prosperidade, cultive trigo.
Se você quer dez anos de prosperidade, cultive árvores.
Se você quer cem anos de prosperidade, cultive pessoas. (provérbio chinês)

RESUMO

O presente trabalho tem como tema central o incremento da participação chinesa em operações de paz sob a égide da ONU, no escopo do desenvolvimento acelerado desse país asiático nos últimos anos. O fenômeno do ressurgimento chinês, atualmente a 2ª economia do mundo, motivou este País a direcionar a sua política externa para a atuação em junto a órgãos supranacionais, tais como as Nações Unidas, implicando em um vertiginoso crescimento no desdobramento de capacetes azuis mundo afora. Inspirado nesse contexto, este estudo traçou como objetivo estudar a maneira como a China buscou aumentar a sua participação em missões de paz da ONU, de 2010 a 2019, tendo como estratégia norteadora a Política da Nova Rota da Seda (BRI, sigla em inglês). Para alcançar o objetivo, este trabalho buscou caracterizar a BRI, assim como apresentar o histórico da participação chinesa em operações de paz sob a égide da ONU, com ênfase no período de 2010 a 2019 e, também, estudar como a política da BRI pode influenciar na participação chinesa em operações de paz. A pesquisa bibliográfica se deu forma qualitativa e procurou se basear em livros, artigos, trabalhos acadêmicos e sítios da internet com relevância e reputação. Encerrando o presente trabalho, conclui-se que tanto os vultosos investimentos quanto a participação de contingentes credenciam a China como um dos Estados mais engajados na busca da paz e da segurança internacional, por meio das operações de paz da Organização das Nações Unidas.

Palavras-chave: China. ONU. Operações de Paz. Nova Rota da Seda.

ABSTRACT

The present work has as its central theme the increase of Chinese participation in peace operations under UN auspices, in the scope of the accelerated development of this Asian country in the last years. The phenomenon of the Chinese resurgence, currently the 2nd economy of the world, motivated this country to direct its foreign policy towards acting with supranational bodies, such as the United Nations, implying a rapid growth in the deployment of blue helmets around the world. Inspired by this context, this study set out to study how China sought to increase its participation in UN peacekeeping missions from 2010 to 2019, with the Belt and Road Initiative (BRI) as its guiding policy. To achieve the objective, this paper sought to characterize BRI, as well as to present the history of Chinese participation in UN peacekeeping operations, with emphasis on the period 2010-2019, and also to study how BRI policy can influence Chinese participation in peace operations. The literature search was qualitative and sought to be based on books, articles, scholarly works and websites with relevance and reputation. Concluding the present work, it is concluded that both large investments and contingent participation accredit China as one of the most engaged states in the pursuit of peace and international security through United Nations peacekeeping operations.

Keywords: 1.China. 2.UN. 3.Peace Operations. 4.Belt and Road Initiative.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	PROBLEMA	10
1.2	OBJETIVOS	10
1.2.1	Objetivo Geral	10
1.2.2	Objetivos Específicos	10
1.3	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	11
1.4	RELEVÂNCIA DO ESTUDO	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1	A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS.....	16
2.2	A CHINA E SEU DESENVOLVIMENTO NAS ÚLTIMAS DÉCADAS....	18
3	METODOLOGIA	18
3.1	TIPO DE PESQUISA	18
3.2	COLETA DE DADOS	18
3.3	TRATAMENTO DOS DADOS	19
3.4	LIMITAÇÕES DO MÉTODO	19
4	CRONOGRAMA	20
5	A POLÍTICA DA NOVA ROTA DA SEDA (BRI)	21
6	HISTÓRICO DA PARTICIPAÇÃO CHINESA EM OPERAÇÕES DE PAZ SOB A ÉGIDE DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS, COM ÊNFASE NO PERÍODO 2010-2019	27
7	INFLUÊNCIAS DA BRI NA PARTICIPAÇÃO CHINESA EM OPERAÇÕES DE PAZ	29
8	CONCLUSÃO	33
	REFERÊNCIAS	35

1 INTRODUÇÃO

Como Estado fundador da Organização das Nações Unidas (ONU) e Membro do Conselho Permanente do Conselho de Segurança da ONU, a China vem prestando apoio esse Órgão a desempenhar um papel importante nos assuntos internacionais. Passados alguns anos, a China acabou se tornando um dos maiores contribuidores das ações da ONU, incluindo aí as operações de paz e de ajuda humanitária.

A participação chinesa em operações de paz iniciou-se em 1990, de maneira tímida, com o envio de cinco militares para a *United Nations Truce Supervision Organization* (UNTSO, ou Organização de Supervisão de Trégua das Nações Unidas), no Oriente Médio. Aos poucos, ao mesmo passo em que a China crescia economicamente e ganhava mais projeção política no cenário internacional, tal contribuição foi aumentando, até alcançar o patamar atual, com aproximadamente dois mil e quinhentos militares e expressiva participação financeira para as operações de paz.

Nos dias de hoje, a China é o *Troop Contributing Country* (TCC, ou País Contribuidor de Tropa) que mais desdobra tropas para as operações de manutenção da paz da ONU, em relação aos demais membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, quais sejam: Estados Unidos da América (EUA), França, Inglaterra e Rússia (KISSINGER, 2012). Além disso, os chineses são o segundo Estado que mais contribui financeiramente com as Operações de Paz, ficando atrás somente dos EUA nesse quesito (CHINA DAILY, 2017).

O desenvolvimento econômico chinês nos últimos 10 anos tem sido notável. Nesse aspecto, os investimentos da China em países em desenvolvimento, tais como os africanos e asiáticos, vêm aumentando exponencialmente, proporcionando maior presença de multinacionais chinesas no exterior. Levando-se em consideração que a maior parte das missões de paz se encontra em solo africano, pode-se inferir que tal estratégia de envio de tropas para aquele continente, sob a égide da ONU, também serve de pano de fundo para proteção dos numerosos ativos financeiros chineses no plano externo (KISSINGER, 2012).

O presidente chinês Xi Jinping assumiu dois compromissos recentemente em sua política externa: 1) aumentar a participação chinesa em operações de

paz, financeiramente e com desdobramento de tropa e 2) reeditar a chamada Antiga Rota da Seda em um projeto mais ambicioso, chamado de *Belt and Road Initiative* (BRI, ou Iniciativa do Cinturão e da Rota), que visa investir aproximadamente meio trilhão de dólares americanos em infraestruturas terrestres e aeroportuárias, na Ásia, na Europa e na África. O quesito “segurança” está sendo observado pelas autoridades chinesas como sendo essencial para que o BRI seja um sucesso, levando a se deduzir que as tropas chinesas em operações de paz seriam, também, uma maneira de proteger tais investimentos no exterior. (KISSINGER, 2012 e CHINA DAILY, 2017).

1.1 PROBLEMA

O crescimento chinês e seu aumento de protagonismo no mundo das operações de paz tem sido relevante no concerto das nações. A ambição chinesa de se tornar um importante *player* no cenário internacional, influenciando no canal decisório mundial, vem se concretizando a cada dia que passa.

Nesse contexto, o trabalho se propõe a responder o seguinte questionamento: de que maneira a BRI influencia no incremento da participação chinesa em operações de paz da ONU, mormente entre 2010 e 2019?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Estudar a maneira como a China buscou aumentar a sua participação em missões de paz da ONU, de 2010 a 2019, tendo como política norteadora a BRI.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Caracterizar a política da Nova Rota da Seda (BRI)
- b) Apresentar o histórico da participação chinesa em operações de paz sob a égide da ONU, com ênfase no período de 2010 a 2019;

- c) Estudar como a política da BRI pode influenciar na participação chinesa em operações de paz.

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O presente estudo estará limitado, no espaço temporal, ao período de maior participação chinesa em operações de paz, qual seja, de 2010 a 2019. Períodos anteriores a esse revelaram-se, em pesquisa preliminar, como não sendo de relevância capital para o estudo em tela.

Outra limitação inerente ao presente trabalho é a delimitação das operações de paz somente à égide da ONU, excluindo-se a participação chinesa em missões sob a tutela de organismos supranacionais regionais, tais como iniciativas asiáticas de promoção da paz.

Este estudo fica restrito, também, à revisão bibliográfica disponível em domínio público, tais como artigos, periódicos e livros, e sítios da internet diversos versando sobre a BRI, a política chinesa de maneira geral e sua participação nas operações de paz.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

A China é o 3º maior país em extensão territorial do mundo, dono do 2º maior Produto Interno Bruto (PIB) e unificada, como Estado, há mais de 2 mil anos. Nesse contexto, pode-se inferir, inclusive, que há um renascimento do Estado Chinês nos últimos anos, sobretudo nas últimas duas décadas, quando os chineses abriram suas portas para o comércio mundial. Nesse sentido, e tomadas as proporções gigantescas da República Popular da China (RPC), sua entrada com mais efetividade no âmbito das operações de paz da ONU se reveste de caráter especial para o mundo, proporcionando uma discussão acadêmica que visa a lançar as bases de um provável cenário futuro em *peacekeeping*. Além disso, o estudo também se mostra relevante na medida em que busca apontar ligações entre operações de paz e a macropolítica chinesa chamada BRI, ou Nova Rota da Seda, projeto bilionário que possui ramificações de diversos matizes, incluindo aí a projeção de forças militares chinesas no exterior.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

2.1.1 Generalidades

Em 1919, após o término da Primeira Guerra Mundial, foi fundada a Liga das Nações, por 44 Estados. O conceito idealista de guerra sem vencedores, dos chamados “14 Pontos de Woodrow Wilson”, não aconteceu e, por consequência, a Sociedade de Nações fracassou, ao não conseguir impedir a eclosão da Segunda Grande Guerra (II GM) (VARGAS, 1994).

Aproximando-se o final da II GM, as Potências Aliadas reuniram-se em sucessivas rodadas de negociação, para que fosse criada uma organização universal, que congregasse todas as nações e que pudesse impedir a eclosão de novos conflitos. É neste contexto que surge a Carta das Nações Unidas, elaborada pelos representantes de 50 países presentes à Conferência de São Francisco, EUA, de 25 de abril a 26 de junho de 1945. A 24 de outubro de 1945, após a ratificação da Carta por China, Estados Unidos, França, Reino Unido e a ex-União Soviética, bem como pela maioria dos signatários, a ONU começa a existir oficialmente (ONU, 2019).

Desde sua criação, a ONU ganhou força e coesão, sendo composta atualmente por 193 países em todo o mundo. O número de Estados-Membros aumentou consideravelmente após o grande processo de descolonização na década de 1960, ocorrido, mormente no continente africano, na Ásia e na Oceania, proporcionando um incremento substancial nos orçamentos voltados para o desenvolvimento econômico e social, chegando a ultrapassar as despesas com a manutenção da paz. Cabe salientar que houve uma grande dificuldade das Nações Unidas em resolver conflitos atinentes à paz e à segurança internacionais, após a assinatura da Carta, pois o mundo vivia a Guerra Fria, onde Estados Unidos e União Soviética mediam forças no Conselho de Segurança, aprovando ou rejeitando o início de novas missões de paz em países em conflito.

2.1.2 Estrutura e Missões

Sua estrutura consiste em seis órgãos, quais sejam: 1) Conselho de Segurança, 2) Assembleia Geral, 3) Secretariado, 4) Corte Internacional de Justiça,

5) Conselho de Tutela, e 6) Conselho Econômico e Social. Primeiramente, é necessário frisar que 15 membros integram o Conselho de Segurança da ONU (CSNU), sendo 10 (dez) rotativos, eleitos pelo período de 2 anos, e 5 (cinco) permanentes e vitalícios, quais sejam: RPC, EUA, França, Inglaterra e Rússia, conhecidos também por “P5”. Os P5 possuem uma característica especial, que os diferenciam dos outros 10 integrantes: têm poder de veto, bloqueando qualquer iniciativa que não atenda ao interesse de algum deles. Nesse contexto, a China também consegue exercer o seu poder de aprovar ou vetar decisões que sejam de seu interesse, nos mais diversos campos, incluindo aquelas relacionadas às operações de paz (ONU, 2019).

2.1.3 As Operações de Paz sob a égide das Nações Unidas

O CSNU é o responsável por determinar o início de uma operação de paz das Nações Unidas, seguindo os preceitos da Carta da ONU. Nesse caso específico, todos os membros do CSNU devem votar pelo estabelecimento da operação em tela, não podendo nem mesmo haver abstenção de nenhum dos integrantes (CARTA DA ONU, 1945).

Nesse viés, a ONU estabeleceu a sua primeira operação de paz em 1948, durante a guerra Árabe-Israelense, na região do Oriente Médio. Desde então, a Organização das Nações Unidas já estabeleceu mais de 70 operações desse tipo, empregando contingentes militares, policiais e civis dos mais variados países, em busca da solução dos mais diferentes conflitos (ONU, 2019).

Um ponto de inflexão no estabelecimento das operações de paz foi o término da Guerra Fria, no início da década de 1990, com a queda do Muro de Berlim. Nesse momento, as operações de paz passaram a tratar mais de conflitos intraestatais do que interestatais, ampliando em muito o número de missões desse tipo (EDUARDA, 2015). Em verdade, a quebra da polarização de forças entre EUA e URSS foi um grande atrativo para que países em desenvolvimento pudessem começar a participar mais ativamente dessas operações, particularmente a China, que percebeu nesse contexto uma oportunidade para, aos poucos, estabelecer-se como um *player* de respeito na cooperação para a paz e a segurança internacionais.

Naquela mesma década, passou-se a conceituar-se as operações de paz, resultando em cinco categorias: i) a prevenção do conflito, que implica na aplicação

de medidas estruturais ou diplomáticas de modo a evitar que as tensões intraestados ou interestados se transformem em conflitos armados, podendo incluir o desdobramento preventivo; ii) a promoção da paz (*peacemaking*), que inclui medidas após o início do conflito que visam levar as partes à negociação de acordos; iii) a manutenção da paz (*peacekeeping*), destinada a preservar a paz, ainda que frágil, quando o conflito já foi estabelecido e a auxiliar na implementação dos acordos obtidos entre partes litigantes; iv) a imposição da paz (*peace enforcement*) que envolve a aplicação, com autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), de medidas coercitivas, incluindo o uso de forças militares; v) e a construção da paz (*peacebuilding*), a qual inclui medidas com o objetivo de reduzir o risco do retorno do conflito por meio do fortalecimento das capacidades nacionais para seu manejo em todos os níveis, e construir a paz e o desenvolvimento sustentáveis (AGUILAR, 2015).

Atualmente, o Departamento de Operações de Paz (DPO, sigla em inglês) é o responsável por gerenciar todas as dezesseis missões de paz em andamento. O Chefe desse Departamento, chamado de Subsecretário Geral para as Operações de Paz, é o francês Jean-Pierre Lacroix (ONU, 2019).

2.2 A CHINA E SEU DESENVOLVIMENTO NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

2.2.1 Generalidades

A China é o 3º maior país do mundo, fazendo fronteira com outros 14 países da Eurásia. É, também, o Estado mais populoso do planeta, tendo mais de 1,3 bilhão de habitantes. O crescimento econômico chinês é sem igual na era moderna e seus desdobramentos ainda são desconhecidos. No entanto, se o passado for uma indicação do futuro, são factíveis as chances de a China converter seu peso econômico em poder político e militar, dando nova face à distribuição de poder internacional (PALMAS, 2017).

Ainda segundo o autor referido no parágrafo anterior, não houve nação que tenha crescido tão rapidamente em termos econômicos e em tão pouco tempo, alcançando a posição de segunda economia do planeta em menos de quarenta anos. Alargando o horizonte histórico, porém, percebe-se que o reposicionamento da China no topo do ranking econômico internacional não é um fato novo, e sim uma “normalidade” histórica. Em grande parte dos últimos dois

mil anos, a China representou entre 22% e 33% do produto interno bruto (PIB) global.

O período que cobre os 100 anos entre 1850-1950, marcado por numerosas intervenções estrangeiras e pelo declínio econômico – e visto por nacionalistas chineses como uma humilhação histórica –, não enquadra a China no seu verdadeiro lugar entre as grandes potências. Em 1950, estima-se que o peso da China no PIB global alcançava seu mais baixo patamar, de 4,5%, e assim se manteve até meados da década de 1970 (BANCO MUNDIAL, 2017).

As políticas de abertura econômica propostas por Deng Xiaoping, em 1978, projetaram a China no cenário internacional, resultando em um período de 30 anos onde o país alcançou uma média de crescimento de 10% ao ano e retirou 500 milhões de pessoas da linha de pobreza (BANCO MUNDIAL, 2017). A criação das Zonas Econômicas Especiais, áreas voltadas à exportação projetadas para estimular a chegada de multinacionais estrangeiras, trouxe a internacionalização do capital chinês, proporcionando crescimento econômico por praticamente 3 décadas em valores médios de 10% ao ano. Além disso, no ano de 2000, a China passa a fazer parte da Organização Mundial de Comércio, proporcionando maior integração dos mercados chineses ao hemisfério ocidental.

O desenvolvimento pacífico da China pode demonstrar a quebra do paradigma de que uma potência em crescimento busca, obrigatoriamente, a hegemonia. Nos séculos anteriores, algumas potências em ascensão lutaram por áreas de influência e projetaram seu poder militar contra outros países (PEIYUE, 2015). Tal processo chegou ao seu ponto culminante no século XX, quando a disputa por hegemonia e a confrontação militar jogaram a humanidade no abismo de duas guerras mundiais.

Ainda segundo PEIYUE, 2015, a China entende que o desenvolvimento pacífico e a cooperação mutuamente benéfica são os caminhos fundamentais para realizar sua modernização, participar dos negócios internacionais e lidar com as relações internacionais. Desta maneira, suas ações de desenvolvimento são pautadas por esse viés, trazendo um modo peculiar chinês de pensar as relações internacionais e que, por vezes, entra em choque, com a filosofia ocidental.

Em 2011, a China divulgou o “Livro Branco sobre o Desenvolvimento Pacífico da China”, onde sublinha que o desenvolvimento pacífico é a opção estratégica

da China para realizar a modernização, tornar-se forte e próspera e contribuir para a paz mundial e o progresso da humanidade. Trata-se de um documento de grande importância para todos os que desejam compreender a estratégia chinesa de desenvolvimento (PEIYUE, 2015). O documento delinea um roteiro completo do progresso futuro da China e lança bases sólidas de que a China vai continuar a seguir o caminho do desenvolvimento científico, independente, aberto, de maneira pacífica, colaborador e de forma conjunta com os demais países do mundo. A reiteração do caminho do desenvolvimento pacífico tem a ver, em primeiro lugar, com a compreensão por parte da China de que uma condição básica para a continuidade de seu desenvolvimento futuro é existência de estabilidade social interna e de um ambiente internacional pacífico

Nesse contexto, o desenvolvimento econômico pujante pode ter proporcionado as bases financeiras para que a China pudesse aumentar sua contribuição financeira para as operações de paz, bem como ter incrementado o envio de militares para as missões dessa natureza, como o presente trabalho busca correlacionar.

Pode-se afirmar, também, que é interesse da China que seus parceiros comerciais tenham desenvolvimento sustentável e duradouro. Para isso, a pujança econômica chinesa é empregada em prol do progresso desses países, principalmente da África Subsaariana, trazendo essas nações para a órbita econômica da RPC.

2.2.2 As Forças Armadas Chinesas

Desde o início da década de 1980, a República Popular da China (RPC) vem investindo pesadamente na modernização do Exército de Libertação Popular (ELP), que nada mais é do que as Forças Armadas chinesas. O ELP é composto pelas Forças Terrestres, Marinha, Força Aérea, a Força de Mísseis e Foguetes e a Força de Apoio Estratégico, sendo essa última a responsável pelos mísseis balísticos e de cruzeiro da China, tanto convencionais quanto nucleares. Atualmente, o ELP constitui-se na maior Força Armada do mundo, com mais de 2 milhões de militares na ativa e cerca de 500 mil reservistas, projetando a China além de suas fronteiras. Além disso, o orçamento destinado à Defesa é, nos dias de hoje, o segundo maior do globo, ficando atrás

somente dos EUA. Ademais, a China é considerada a terceira maior nação exportadora de armas do mundo, aumentando a divulgação dos produtos de defesa ao redor do globo (DORNELLES, 2014 e BLASKO, 2006).

O Comandante Supremo do ELP é o presidente da Comissão Militar Central (CMC), do Partido Comunista Chinês (PCC), ou seja, o próprio Secretário Geral do Partido Comunista da China. Em termos pragmáticos, ter a sua Força Armada subordinada a um Secretário de partido único, em um regime comunista, acaba facilitando o emprego dessa Instituição na defesa de interesses políticos, até mesmo além-mar.

Desde 1949, a China tem usado nove estratégias militares diferentes, que o EPL chama de "diretrizes estratégicas". Atualmente, as principais missões das Forças Armadas residem em: 1) Consolidar o status dominante do Partido Comunista; 2) assegurar a soberania, a integridade territorial e a segurança interna da China para continuar o desenvolvimento nacional; 3) Salvaguardar os interesses nacionais da China; e 4) Ajudar a manter a paz mundial. Neste último tópico estão incluídas as missões de paz das Nações Unidas, nas quais a China se engaja tanto com pessoal, como por meio de financiamento de operações dessa natureza ao redor do globo.

As Forças Armadas chinesas passaram boa parte dos séculos 19 e 20 voltadas para a defesa de suas extensas fronteiras, mormente com a ex-União Soviética, atual Federação Russa. Ao longo dos tempos, diversas contendas envolvendo o Império Russo/URSS e a China causaram mudanças nos contornos que dividem os dois países, gerando, por exemplo, uma concentração expressiva de 45 divisões russas nas proximidades de sua fronteira com a China (DORNELLES JR, 2014). Mas, com o fim da União Soviética, em 1991, grande parcela das preocupações da China foram reduzidas na Ásia de Leste, e, assim, o país pôde estabelecer diretrizes para o emprego de suas forças fora de seu território, proporcionando uma mudança de mentalidade no emprego do ELP mundo afora.

Um evento que retrata essa mudança de concepção do emprego do ELP fora das suas fronteiras é a instalação de uma base chinesa no Djibouti, no ano de 2017, na região do Chifre da África, como se vê abaixo:

O Exército Popular de Libertação chinês inaugurou na terça-feira a primeira base naval fora do seu território, no Djibuti, um pequeno país localizado no nordeste da África (...). Essa instalação permitirá que a China ganhe presença em um enclave estratégico, pois o Djibuti faz fronteira com a Somália, a Etiópia e a Eritreia e fica entre o mar Vermelho e o golfo de Áden, uma das rotas marítimas e de abastecimento de energia mais importantes do planeta e essencial para o comércio chinês (...). A abertura dessa base está em consonância com a vontade de Pequim de que seu Exército tenha maior protagonismo em escala global(...). O presidente chinês, Xi Jinping, disse na terça-feira em um discurso de comemoração do aniversário do Exército que este “deve ser corajoso o suficiente para mudar e inovar” (...). (EL PAÍS, 2017).

Dessa forma, percebe-se um movimento organizado do Governo Chinês no sentido de expandir suas forças na direção de áreas de interesse estratégico, tais como as rotas comerciais que demandam de e para o continente africano, bem como de prestar maior suporte a suas tropas em presença na África, tanto aquelas estacionadas em bases militares (Ex.: Djibouti), sejam aquelas desdobradas em operações de paz sob a égide da ONU (Ex.: Sudão do Sul e Mali).

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

O presente estudo será realizado, principalmente, por meio de uma pesquisa bibliográfica, pois baseará sua fundamentação teórico-metodológica na investigação sobre os assuntos relacionados ao envolvimento chinês em operações de paz em livros, manuais e artigos de acesso livre ao público em geral, incluindo-se nesses aqueles disponibilizados pela rede mundial de computadores.

3.2 COLETA DE DADOS

Conforme ECEME (2012), a coleta de dados do presente trabalho de conclusão de curso dar-se-á por meio de coleta em literatura, realizando-se uma pesquisa bibliográfica na literatura disponível, tais como livros, manuais, revistas

especializadas, jornais, artigos, internet, monografias, teses e dissertações, sempre buscando os dados pertinentes ao assunto.

3.3 TRATAMENTO DOS DADOS

Conforme ECEME (2012), o método de tratamento de dados que será utilizado no presente estudo será a análise de conteúdo, no qual serão realizados estudos de textos para se obter a fundamentação teórica para se confirmar ou não a hipótese apresentada.

3.4 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

A metodologia em questão possui limitações, particularmente, quanto à profundidade do estudo a ser realizado, pois não contempla, dentre outros aspectos, o estudo de campo e a entrevista com pessoas diretamente ligadas aos processos em estudo. Porém, devido ao fato de se tratar de um trabalho de conclusão de curso, a ser realizado em aproximadamente seis meses (ver item 4 CRONOGRAMA), o método escolhido é adequado e possibilitará o alcance dos objetivos propostos no presente Projeto de Pesquisa.

5 A POLÍTICA DA NOVA ROTA DA SEDA (BRI)

Para se conhecer a “Nova” Rota da Seda, é necessário, inicialmente, ter noção do que se tratava a “Antiga” Rota da Seda e o motivo pelo qual esse importante fluxo comercial influenciou o modelo econômico chinês em tela. Doravante, trataremos a “Antiga Rota da Seda” somente como “Rota da Seda”, adotando a BRI como a “Nova Rota da Seda”.

A Rota da Seda denotava uma via de comunicação terrestre, voltada para um lucrativo comércio de seda e especiarias oriunda da China, entre a Ásia Oriental e o Médio Oriente. Essa rota atravessava o ventre da plataforma continental euroasiática, compreendendo países como os atuais Afeganistão, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turquemenistão e Uzbequistão. Um percurso de aproximadamente 4000 quilômetros por desertos e cordilheiras com uma história calcorreada ao longo de quase 2500 anos por caravanas de mercadores. (SANDRO MENDONÇA e PALMAS)

Os termos alemães *Seidenstraße* e *Seidenstraßen* (Estrada da Seda e Rota da Seda), aparecem pela primeira vez em 1877, na obra do geógrafo alemão Ferdinand von Richthofen *China: The results of my travels and the studies based thereon*. Na verdade, de fato, nunca existiu uma única Rota da Seda estabelecida formalmente, permanecendo no imaginário coletivo e criando uma ideia mais romântica de uma longa estrada, cujo ponto teria origem em Xi'an, no centro da China, passando pelos desertos da Ásia Central, até chegar ao Mediterrâneo. Da China e de seus vizinhos, partiam sedas e especiarias, que possuíam alto valor agregado valorizadas na Europa. Do Velho Continente para o Extremo Oriente, cavalos, ouro, jade e vidros eram os produtos mais valorizados. Há registros de que o intercâmbio entre a China e a área do Mediterrâneo já existia há mais de 3 mil anos, dada a presença de seda chinesa em túmulos de faraós egípcios. No entanto, historiadores tendem a concordar que a regularidade do comércio entre a China e a Europa só foi se consolidar com o estabelecimento do Império Romano, criando um vasto e unificado mercado consumidor na parte ocidental da Eurásia (PALMAS E WAGNER).

A queda do Império Bizantino em Constantinopla e a tomada das passagens terrestres pelo Império Turco-Otomano, determinou, no século XV, uma via alternativa à Rota da Seda com a viagem de Vasco da Gama pelo Cabo da Boa

Esperança, e levou à falência do comércio terrestre entre o Leste da Ásia e a Europa (PALMAS, 2017).

Em poucas palavras, essa foi a Rota da Seda estabelecida por meio terrestre. Porém, a China também estabeleceu uma rota comercial marítima muito lucrativa em tempos passados. Em 1405, o explorador Zheng He partiu com 62 navios pelo Oceano Índico, na direção do continente africano. Sua frota incluía barcos especializados no transporte de cavalos, navios projetados para transporte de água fresca, navios de abastecimento, de transporte de tropas e navios militares de defesa. A frota zarpuou em direção ao mar aberto, com quase 30.000 homens e milhares de toneladas de mercadorias chinesas para comercializar durante a viagem. Para fins comparativos, quase 90 anos mais tarde, em 1492, Colombo embarcou em histórica viagem com apenas 3 barcos e 87 homens (VÁZQUEZ, 2013). Essa rota passava, basicamente, pelo litoral do subcontinente indiano (Índia, Bangladesh, Paquistão), Península Arábica e as ricas regiões portuárias europeias da Itália, Grécia e Turquia. Tal itinerário comercial foi chamado de Rota das Especiarias.

Neste contexto de Rota das Especiarias, surge a expressão “Colar de Pérolas”, para retratar a estratégia chinesa de expansão marítima dos dias atuais. Foi utilizada pioneiramente pelo Departamento de Defesa da EUA, em um documento de autoria do tenente-coronel Pehrson intitulado “*Energy futures in Asia*” (o futuro energético da Ásia), que descrevia o Colar de Pérolas como “a manifestação da crescente influência geopolítica chinesa através de seus esforços para incrementar o acesso a portos e aeroportos, desenvolver relações diplomáticas especiais, e modernizar as forças militares que se estendem desde o Mar do Sul de China, através do estreito da Málaca e do Oceano Índico, em direção ao Golfo Pérsico” (VÁZQUEZ, 2013).

É importante mencionar o histórico dessas duas rotas, originariamente comerciais, para se compreender as bases do projeto geopolítico chinês da *Belt and Road Initiative* (BRI), que é muito mais abrangente, envolvendo, claro, a parte comercial, mas também o desenvolvimento da cooperação da China com países em desenvolvimento e sua política de defesa.

A partir do ano 2000, a China tem incrementado aumentando a sua projeção mundial, com o lançamento de uma estratégia de inserção externa chamada *Going Global*. Em um primeiro momento, o País consolidou os investimentos nas redes de comercialização em sua circunvizinhança. Conforme aumentou o aporte financeiro de estatais chinesas em outros países, mormente aqueles ligados à construção de obras de infraestrutura em mercados que tivessem condições de fornecer recursos naturais, tais como gás natural e petróleo, essa estratégia foi se aprofundando (KOTZ, 2018).

Ainda segundo KOTZ (2018), a ambição da RPC por recursos naturais é consequência do ritmo veloz de sua reestruturação econômica, do acréscimo de suas exportações, e de sua urbanização exponencial. A diplomacia e a ação governamental da China proporcionaram o acesso e o escoamento maciço desses recursos vitais no exterior, garantindo a segurança energética necessária para seu desenvolvimento. Tal artifício trouxe países emergentes para a órbita chinesa, sobretudo aqueles localizados em áreas com abundância de combustíveis fósseis e recursos estratégicos (KOTZ, 2018).

Em 2012, antes mesmo da BRI vir a público, a China já dava seus primeiros passos na ligação entre as duas costas da Eurásia. Naquele ano, o país completou a construção da ferrovia ligando Chongqing, um dos principais centros industriais do país, com a cidade fronteiriça de Khorgos, no Cazaquistão (MENDONÇA, 2016). Desta forma, a China pôde aproveitar a malha ferroviária já existente que ligava o Cazaquistão à cidade alemã de Duisburgo, passando pela Rússia, Bielorrússia e Polônia. Tal empreendimento ferroviário permitiu uma drástica redução do tempo de transporte de carga entre os dois terminais, que passou de 60 dias por via marítima a menos de duas semanas, por trem. Esse caso de sucesso foi replicado em uma política de gigantescas proporções, como será explicitado adiante.

Em 2013, a China dava mais um passo rumo à sua expansão. No dia 7 de setembro, durante visita à na Universidade de Nazarbayev (Casaquistão), o presidente Xi Jinping anunciou a BRI. A 3 de Outubro do mesmo ano, Xi anunciava o lançamento da Roda da Seda Marítima, em discurso no Congresso da Indonésia, dando continuidade ao Fundo de Cooperação Marítima China-ASEAN ¹,

¹ *Association of Southeast Asian Nations*, ou Associação de Nações do Sudeste Asiático – Foi criada em 1967, visando ao fomento da economia e o aumento da paz e segurança regional de seus países-

proporcionando, assim, os contornos da política da *Belt (via terrestre) and Road (marítima) Initiative*. Tal política consiste em uma passagem transcontinental terrestre que liga a China ao sudeste, sul e Centro da Ásia, além de Rússia e Europa, somada a uma rota marítima conectando as regiões costeiras da China, sudeste e sul da Ásia, o sul do Pacífico, o Oriente Médio e África Oriental, chegando, por fim, ao Mar Mediterrâneo, na Europa. O programa envolverá mais de US\$ 1 trilhão em investimentos, principalmente em desenvolvimento de infraestrutura para portos, estradas, ferrovias e aeroportos, além de usinas de energia e redes de telecomunicações (EUROPEAN BANK, 2017).

Nesse contexto, a BRI vem provocando uma mudança de paradigmas nos investimentos estrangeiros em infraestrutura do continente africano, tendo em vista que a costa leste do continente também faz parte da Rota da Seda marítima. No Quênia, por exemplo, a China está modernizando o porto de Mombasa, o maior da África, e investindo pesadamente em um projeto de grandes proporções conhecido como Lamu Port Southern Sudan-Ethiopia Transport (LAPSSET). O empreendimento, orçado em vultosos US\$ 24 bilhões, incluirá rodovias, ferrovias e oleodutos ligando o Sudão do Sul e a Etiópia, ambos países sem acesso ao mar, ao porto de Lamu (SEIXAS, 2017). Percebe-se, no investimento nessas estruturas, uma preocupação chinesa em garantir o acesso a combustíveis fósseis no continente africano, proporcionando segurança energética ao País do Extremo Oriente.

No Djibuti, a China está construindo uma base militar na cidade portuária de Obock. Apesar de protestos dos Estados Unidos, Washington não conseguiu dissuadir as autoridades do país a voltarem atrás, principalmente após Pequim incluir a modernização do porto de Djibuti, a construção de dois aeroportos e de uma ferrovia nas negociações. A base é um marco na história das relações externas da China, pois trata-se da primeira base militar chinesa fora de seu território nacional. O Djibuti está estrategicamente localizado no estreito de Bab el Mandeb, na entrada do Mar Vermelho, que liga o Oceano Índico ao Mar Mediterrâneo por meio do Canal de Suez. Não à toa, EUA, França e Japão já possuem bases no país, instaladas para combater a pirataria na região e para dar apoio às missões de *peacekeeping* no continente africano (SEIXAS, 2017).

membros. Atualmente é composta por Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura, Tailândia, Brunei, Myanmar, Laos e Vietnã.

O discurso oficial chinês descreve a base como uma instalação logística para apoiar navios de escolta chineses contra atos de pirataria, assim como para facilitar o envio de tropas chinesas para operações de *peacekeeping* e de ajuda humanitária. Apesar do discurso oficial chinês, analistas norte-americanos alegam que se trata de fato de uma instalação militar, para garantir a defesa dos interesses marítimos e terrestres da China na região, principalmente o livre acesso ao Mediterrâneo e o livre trânsito de petróleo. Para se ter uma noção da importância do estreito de Bab el Mandeb, ressalta-se que, em 2013, 3,8 milhões de barris de petróleo transitaram em suas águas, fazendo dele o quarto maior gargalo energético marítimo do mundo (PAUTASSO, 2016).

Em 2019, o governo chinês publicou seu mais recente Livro Branco de estratégia militar. O documento deixava nítida a preocupação chinesa com seus interesses no exterior, assim como com a livre passagem pelas principais rotas marítimas.

“China's armed forces will effectively perform their missions in the new historical period, resolutely uphold the leadership of the CPC and the socialist system with Chinese characteristics, safeguard **China's sovereignty, security and development interests, safeguard the important period of strategic opportunities for China's development (...)** (SCIOPRC, 2019)”. Ou seja: “As Forças Armadas Chinesas desempenharão efetivamente suas missões no novo período histórico, resolutamente assegurará a liderança da República Popular da China e o sistema socialista com características chinesas, **salvaguardando a soberania da China, segurança e interesses desenvolvimentistas, salvaguardando o importante período de oportunidades estratégicas para o desenvolvimento chinês (...)** (Tradução do autor)”

Os trechos acima destacados reforçam a preocupação da China em manter sua soberania além-mar, sobretudo em estruturas físicas lançadas no exterior. Neste contexto, ressalta-se a complementaridade entre aquele Livro Branco e a BRI, que, dentre outras características, enseja a construção de obras de infraestruturas em países asiáticos e africanos, mormente.

A BRI também se vale de outras conexões econômicas sino-africanas para se fazer presente ainda mais naquele continente. A partir de meados dos anos 1990,

aprofunda-se a sinergia entre China e demais países africanos. O comércio da China com o continente africano ficou acima dos 174 bilhões de dólares em 2014. A África é destino de cerca de 4,2% dos produtos exportados e origem de 4,8% das importações da China. No ano de 2009, o comércio da sino-africano, que havia partido de módicos 1,3 bilhão em 1992, já havia suplantado o volume comercializado pelos EUA e aquele continente (PAUTASSO, 2016).

É necessário destacar que o incremento do comércio é apenas um demonstrativo de uma interação de diversos matizes, formalizado com a criação do Fórum de Cooperação China-África. O FOCAC foi inicialmente lançado em 2000 entre China e 50 estados africanos. A cada triênio, uma Conferência Ministerial é realizada, buscando o aprofundamento da cooperação China-África através de vários outros fóruns ligados à agricultura, ciência e tecnologia, direito, as ONG, as mulheres, a mídia e governança local, entre outros (LOPES, DANIELE E JAVIER 2013). Nesse período, diversos documentos têm sido validados, dentre os quais o Plano de Ação de Addis Ababa (2004-2006), cujo objetivo foi o de potencializar a assistência para os países africanos e dar o benefício de tarifa zero aos produtos exportados para a China a partir de alguns dos países menos desenvolvidos da África (PAUTASSO, 2017).

Em resumo, o FOCAC fortalece a relação bilateral da China com os países africanos, garantindo recursos naturais, novos mercados e para oportunidades de investimentos, enquanto granjeia comprometimento dos países africanos junto à China nas Organizações Internacionais (LOPES, DANIELE E JAVIER 2013). O estabelecimento das relações chinesas com o Continente Africano acaba sendo a mola mestra do desenvolvimento de infraestrutura africana. A construção de prédios públicos, as usinas de produção de energia, as estradas, escolas e centros de desenvolvimento agrícola, hospitais, entre outros, tiveram um incremento sem igual na história da África (PAUTASSO, 2016). Todo este aporte financeiro e técnico da China na África, no contexto da BRI e do FOCAC, transforma a perspectiva eurocentrista dos africanos para uma nova tendência sinocentrista nas relações entre aquele país e este Continente.

6 HISTÓRICO DA PARTICIPAÇÃO CHINESA EM OPERAÇÕES DE PAZ SOB A ÉGIDE DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS, COM ÊNFASE NO PERÍODO 2010-2019

Embora fizesse parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas desde 1971, a RPC, pouco se beneficiava desse instrumento, nem tampouco participava ativamente das operações de paz da ONU até o início da década de 1990. Porém, na medida em que a China foi ganhando projeção econômica e, conseqüentemente, poder para exercer sua influência, essa tendência começou a tomar novos rumos.

Nota-se, sobretudo, uma maior aproximação com os países do Hemisfério Sul, naquilo que convencionou-se chamar de “Cooperação Sul-Sul”, alinhado com a política chinesa de não-intervenção e de crescimento econômico harmônico, política de desenvolvimento pacífico (PEDROZO, 2017). PEDROZO (2017) acrescenta que os documentos da diplomacia chinesa tratam, via de regra, das questões de desenvolvimento comum e de benefício mútuo, buscando não impor estratégias, mas, sim, tentando encontrar as coincidências e áreas de interesse comum. É o que convencionou-se chamar de perspectiva de “*Win-Win*”, ou “ganho compartilhado”, tão frequente em discursos de chefes de Estado e em documentos oficiais chineses.

A própria Guerra Fria inibia a maioria dos Estados-Membros a participar efetivamente de operações de paz, tendo em vista a divisão ideológica do mundo até aquele momento. Na década de 1990, na medida em que a ONU necessitava de mais atores para mobilizar suas missões mundo afora, a China começou a se colocar como uma opção para desdobrar suas forças (FIGUEIREDO, 2011).

Nesse contexto, segundo STAEHLE (2006), pode-se conceituar as operações de paz, especificamente, sob o seguinte escopo: 1) tradicionais, que têm por característica principal interpor forças entre Estados conflitantes; 2) gestão de transição, que buscam facilitar a implantação do acordo político para assunção de novo governo mediante eleições no próprio Estado; 3) *widerpeacekeeping*, que seriam mandatos inicialmente concebidos na forma de operações tradicionais para garantia de acordo de cessar-fogo, mas que se tornaram complexas e exigiram a prorrogação dos mandatos; 4) *Peace enforcement* ou imposição da paz, em que há a intenção de coagir as partes envolvidas, por meio do uso da força militar, sob autorização do CSNU; e 5) *Peace support operations*, em que se pode notar a presença de grande força militar capaz de realizar ações de imposição de paz, ao

mesmo tempo em que há grande contingente civil para assuntos administrativos e de ajuda humanitária.

A definição dos tipos de operações de paz da ONU (OPNU) é importante para se analisar quais são as condições nas quais a China tem maior participação, ou mesmo quando escolhe não se engajar. Logicamente, possuindo a condição de membro permanente do CSNU, a simples análise de sua participação nesse tipo de missões não revela a totalidade de sua política para o tema, pois a aprovação de novos mandatos, ou mesmo a decisão pela continuidade de mandatos já existentes dependem de sua atuação no Conselho e das negociações políticas que ocorrem no interior da instituição (HIRONO e LANTEIGNE, 2011).

Ainda segundo HIRONO E LANTEIGNE (2011), um dos prismas da participação chinesa obedeceria ao conceito de potência em ascensão, desafiadora das regras atuais do sistema, e promotora de suas próprias normas, fato pelo qual se pode perceber que a China atua em operações realizadas em territórios ricos em recursos naturais, ou mesmo pelo fato de que a participação nas OPNU pode significar a persecução de sua estratégia de “desenvolvimento pacífico”. É nesse contexto, de busca da proximidade de fontes energéticas, que, atualmente, a China decide desdobrar a maioria de seus contingentes em missões de paz da ONU.

Conforme GILL E CHIN-HAO (2009), foi em 1982 que a China realizou sua primeira contribuição financeira para uma OPNU, e, logo em seguida, já solicitou sua entrada no Comitê Especial para Operações de Manutenção de Paz das Nações Unidas. A participação pioneira com o envio de tropas, no entanto, só ocorreu no ano de 1989 para o UNTAG (*United Nations Transition Assistance Group*) na Namíbia, com o envio de 20 observadores militares. No decorrer da década de 1990, apesar da pouca diversificação das missões em que participou, a característica marcante do desdobramento chinês foi a reduzida participação de contingentes, quando comparado com outros países em desenvolvimento.

A partir dos anos 2000, no entanto, a participação chinesa nas OPNU ganhou projeção de maneira substantiva. Segundo o ranking fornecido pela ONU, a China saiu do 46º lugar (com um contingente total de 67 integrantes) no ano de 2000, para a 13ª posição em dezembro de 2014, já contando com um contingente total de 2181 militares (STAEHLE 2006).

A composição do contingente chinês também se alterou de maneira significativa ao longo da década de 2000. No começo de sua participação nas

OPNU, a China, que apenas desdobrava observadores militares e policiais, passou a enviar tropas militares, em um movimento crescente (HIRONO e LANTEIGNE, 2011). Ainda que a primeira tropa militar chinesa enviada a campo data de 1992, para o Camboja, o movimento não foi perene. No início dos anos 2000, por exemplo, a China não contava com a participação de nenhuma tropa nas OPNU, embora tivesse 28 policiais e 39 observadores militares em campo. A partir de 2003, contudo, com a participação das tropas chinesas na MONUC, na República Democrática do Congo (221 soldados), e na UNMIL, na Libéria (68 soldados), a situação passa a se alterar, e as contribuições chinesas nessa modalidade passam a ser frequentes.

Em 2015, durante a Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, o presidente Xi Jinping apresentou o compromisso chinês de contribuir com 8.000 (oito mil) *peacekeepers* para a Força de Prontidão de Manutenção de Paz da ONU (UNPCRS, sigla em inglês). Fora isso, nesse momento, a China prometeu o montante de 100 milhões de dólares americanos (USD) para apoiar as atividades da União Africana, bem como USD 1 bilhão para o estabelecimento do Fundo Fiduciário das Nações Unidas para a Paz e Desenvolvimento, demonstrando seu engajamento nas operações de paz.

Atualmente, a China possui 2458 *peacekeepers* (em 30 de junho de 2019), distribuídos em sete missões de paz, dentre as quais o Mali e o Sudão do Sul são os países com maiores efetivos chineses. Além disso, a China contribui com 10,25% do orçamento destinado às operações de paz da ONU, ocupando o segundo lugar entre todos os estados membros da ONU e contribuindo mais do que todos os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU. Desde o início de sua participação como TCC, em 1990, mais de 30.000 soldados chineses foram desdobrados no exterior, em missões sob a égide das Nações Unidas (CHINA DAILY, 2017).

Um outro ponto a ser levantado é que atualmente, a maior parte da crescente atividade chinesa em operações de paz ocorre na África. Considerando, mais uma vez, os números de junho de 2019, a China possui em torno de 2.500 soldados (vide figura 1) participando de cinco missões de manutenção da paz da ONU em todo o continente. A China possui uma tradicional história de prestação de assistência militar aos países africanos, e o continente continua sendo o destino de boa parte da assistência militar da China nos dias atuais (ISDP, 2018).

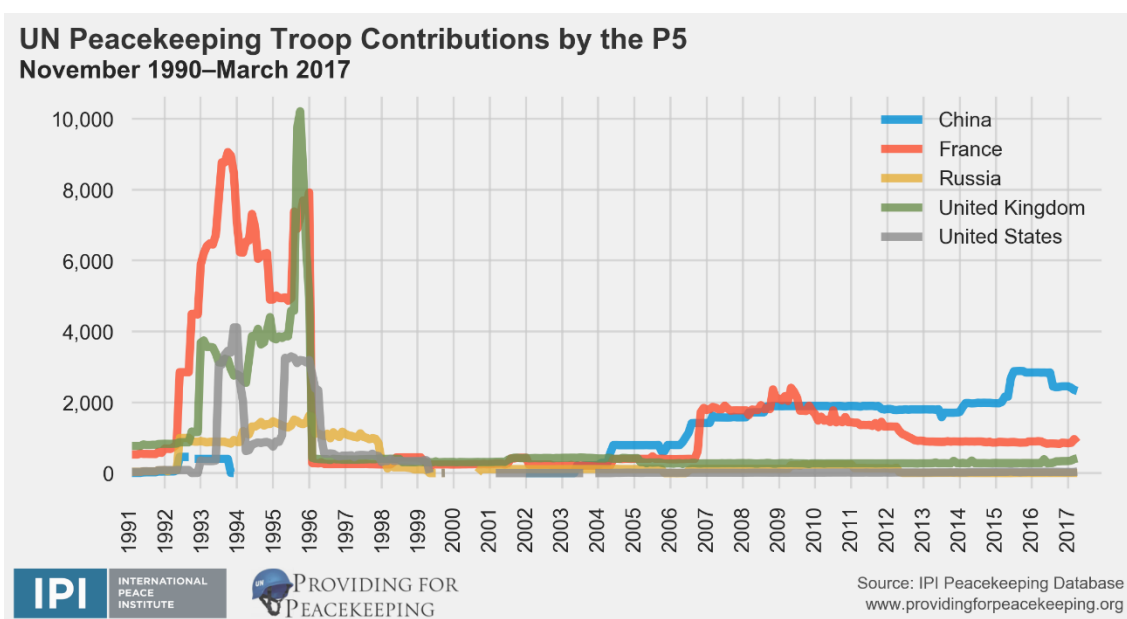


Figura 1: evolução dos efetivos chineses em operações de paz sob a égide da ONU.

Fonte: www.providingforpeacekeeping.org

Outro aspecto importante a ser destacado é que a China tradicionalmente vem desdobrando unidades conhecidas como facilitadores (*enablers*), responsáveis principalmente por fornecer o apoio fundamental a outras tropas no cumprimento do mandato da missão. Tal tipo de tropa constitui-se em uma das grandes deficiências da ONU no terreno, tendo a China, cada vez mais, um papel crucial no atendimento de tais demandas nas missões das quais participa. Entre os facilitadores que frequentemente compõem as contribuições da China para a manutenção da paz estão as unidades médicas, de engenharia, de logística e unidades policiais formadas (*Formed Police Unit*, FPU, sigla em inglês). Mais uma vez, os *enablers* chineses demonstram uma capacidade diferenciada da China para as operações de paz, principalmente devido ao alto valor agregado dos equipamentos e instalações dessas unidades especiais, sendo tal cooperação algo que poucos países em desenvolvimento são capazes de fazer. Além disso, a China está atualmente discutindo o envio de helicópteros militares, um novo compromisso que ajudaria a resolver um grave déficit nas capacidades da ONU (CHINA DAILY, 2017 e ISDP, 2018).

Ainda nesse âmbito, cabe destacar que as Forças Armadas Chinesas vêm ganhando, cada vez mais, uma experiência substantiva nesses desdobramentos em continente africano, sob a égide da ONU. Além disso, acabam reforçando a

preparação dessas tropas na defesa e proteção do povo chinês e dos diferentes ativos da China presentes, por exemplo, em países africanos que possuam missões da ONU, das quais os chineses estejam participando.

7 INFLUÊNCIAS DA BRI NA PARTICIPAÇÃO CHINESA EM OPERAÇÕES DE PAZ

A China vem promovendo uma série de iniciativas de aproximação junto ao continente africano no âmbito da BRI. Ao longo dos anos, esses laços foram se solidificando, proporcionando uma grande inserção chinesa na África, local onde se concentra o maior número de missões de paz da ONU (SCOBELL, LIN e SHATZ, 2018).

À medida que as empresas chinesas se aventuravam ainda mais em áreas politicamente instáveis do continente, os investimentos e cidadãos chineses se tornaram cada vez mais ameaçados pela violência política, promovendo um envolvimento mais ativo nas disputas políticas e militares locais. Em uma mudança brusca de seus princípios de política externa da não-interferência, Pequim se envolveu ativamente nos esforços diplomáticos para resolver conflitos entre o Sudão e o Sudão do Sul – fonte de aproximadamente 5% das importações de petróleo da China. Além disso, ainda segundo SCOBELL, LIN e SHATZ (2018), os chineses contribuíram com *peacekeepers* – desdobrando, pela primeira vez, um contingente – para operações de manutenção da paz da ONU não só em Darfur e Sudão do Sul, mas também no Mali, Costa do Marfim, Libéria, República Democrática do Congo, e Saara Ocidental.

Outro meio de inserção da China, com iniciativas da BRI em seu bojo, é o chamado Fórum de Cooperação China-África. Este Instituto aumentou seu envolvimento em questões de segurança nos últimos 15 anos, além de prometer apoio chinês à União Africana na resolução de conflitos e, principalmente, operações de manutenção da paz da ONU, o que, atualmente, realmente vem acontecendo.

Nesse contexto, conforme SCOBELL, LIN e SHATZ (2018), a China está desenvolvendo novas maneiras de proteger seus ativos econômicos e cidadãos na África, já que a maioria dos países anfitriões africanos possuem pouca ou nenhuma condição de garantir a segurança de bens e pessoas em seu território. É por esse motivo que a participação da China nas operações de manutenção da paz da ONU

vem ganhando cada vez mais uma dupla função: a de ser uma força pronta de *peacekeeping* mas, também, com capacidade para desdobramento de estruturas de apoio e segurança, os *enablers*.

Há que se destacar, também, que para a própria consecução dos objetivos da BRI, de reforço de estruturas de logística em países em desenvolvimento, dos quais muitos deles estão em zonas de conflito, a participação chinesa em operações de paz vem a dar suporte a tais ações. Isso porque o desdobramento de tropas ou indivíduos das Forças Armadas chinesas nesses países acaba promovendo, por meio da ONU, a paz ou a diminuição do grau de conflitos em países como o Mali e o Sudão do Sul, aumentando a segurança na empreitada da China em expandir seus horizontes para além-mar.

Ainda com relação às considerações feitas no parágrafo anterior, cabe salientar que uma maior estabilidade de países com tropa chinesa da ONU pode provocar melhores condições para a entrada de capital chinês em países vizinhos, tais como na Etiópia. Segundo DINIZ ALVES, 2019, esse país limítrofe ao Sudão do Sul, país onde se encontra um grande contingente chinês em *peacekeeping*, vem recebendo pesados investimentos da China em sua infraestrutura, tais como a construção da maior barragem da África e uma linha férrea de alta velocidade para o porto de Djibouti, proporcionando segurança energética e maior escoamento de produção para o Índico, caminho mais curto para a China.

8 CONCLUSÃO

É inegável que a China vem buscando aumentar seu protagonismo no plano internacional utilizando-se tanto de seu poderio econômico como também da projeção de suas Forças Armadas em operações de *peacekeeping*. Para tanto, os chineses se valem, muitas das vezes, da Política da Nova Rota da Seda (BRI) para apoiar essas iniciativas.

Ao longo dos anos, a China foi se fortalecendo como nação emergente, ocupando a posição de 2ª economia do mundo. Esse crescimento refletiu-se na nova concepção chinesa de inserção em países periféricos no bojo da BRI, sobretudo os africanos, permitindo uma maior penetração chinesa naquele continente, em diversos campos. Um deles é o desdobramento de tropas em operações de paz, tendo em vista que a maior parte de missões desse tipo ocorrem nesse Continente.

Essa aproximação junto ao Continente Africano possui múltiplos significados para a China. Um deles é a proteção dos ativos além-mar, levando-se em consideração que empresas chinesas, principalmente ligadas aos ramos da engenharia civil, infraestrutura portuária, informacional e de logística atuam no continente massivamente, em países como Quênia e Djibouti. Embora tais países não possuam operações de paz em seu território, acabam beneficiando-se da segurança preditiva proporcionada pela existência de tropas chinesas em países do entorno, tais como no Sudão do Sul, palco de uma operação dessa natureza, na qual a China é grande contribuinte de tropa.

Pode-se inferir, também, que a maior presença da China em países hospedeiros de missões de *peacekeeping* tem dupla finalidade: i) permitir o acompanhamento da conjuntura de segurança daquele Estado, especificamente, monitorando as ameaças face aos investimentos chineses naquele local e ii) contribuir para a estabilização dos países vizinhos a este estado, até mesmo para permitir a entrada de maciços investimentos oriundos da BRI nesses países. É sabido que a África possui problemas recorrentes interestatais, tais como migração promovida pela atuação de grupos armados, tráfico de armas e drogas, de delimitação de fronteiras e outros. Nesse contexto, conclui-se que a estabilização de um Estado Africano pode ter como resultado a mitigação desses fatores em outro País, vindo assim a ajudar a normalizar a situação de países vizinhos, que também possuem investimentos chineses.

A preocupação chinesa em proteger suas empresas estatais no exterior acaba sendo consubstanciada no trecho do Livro Branco de Defesa, que menciona expressamente a “salvaguarda da soberania da China, segurança e interesses desenvolvimentistas, protegendo o desenvolvimento chinês.” Conclui-se que esse documento, de mais alto nível na política de defesa chinesa, influencia diretamente na decisão de aumentar, gradativamente, o emprego de tropas chinesas em operações de paz sob a égide da ONU, pois une a demanda por proteção dos ativos chineses além-mar, aumentando a projeção do *soft power* chinês no concerto das nações.

Conclui-se, ainda, que o emprego do *soft power* chinês reflete-se na condição de a China ser, atualmente, o 2º maior país financiador e maior contribuinte de tropas dentre dos países chamados P-5, os 5 membros permanentes do CSNU, ampliando sua inserção internacional por meio das operações de paz.

O aumento da participação chinesa em Operações de Paz sob a égide da ONU vem acontecendo, também, com tropas de apoio, os chamados *enablers* ou facilitadores, permitindo à China preencher lacunas, logísticas e de segurança, essenciais em missões desse tipo, tais como unidades médicas, de engenharia, de logística e unidades policiais formadas. Esse apoio prestado às Nações Unidas intensificou-se bastante de 2010 até os dias atuais, colocando a China como um dos principais contribuintes, lato sensu, em missões de *peacekeeping*.

Infere-se que a decisão do presidente Xi Jinping, em 2015, de manter uma força de 8000 (oito mil) *peacekeepers* para o UNPCRS aumenta sobremaneira a disponibilidade imediata de tropas, incrementando a participação chinesa em operações de paz nos últimos anos, mais do que nenhum outro país no mundo.

Por fim, o número atual de quase dois mil e quinhentos capacetes azuis é bastante expressivo, levando-se em consideração que a China possuía menos de 100 *peacekeepers* nos anos 2000, representando um aumento de 2500% em aproximadamente 20 anos, o que credencia a China como um dos principais *players* em participação nas operações de paz da ONU da atualidade.

REFERÊNCIAS

- BANCO MUNDIAL. **China 2030: building a modern, harmonious, and creative society, 2013**. Washington DC: The World Bank And The Development Research Center Of The State Council. Disponível em: <https://www.worldbank.org/content/dam/Worldbank/document/China-2030-complete.pdf>. Acesso em: 12 Jul. 2017
- AGUILAR, S. **A Participação do Brasil nas Operações de Paz: passado, presente e futuro**. *Brasiliana - Journal for Brazilian Studies*, v. 3, n. 2, p. 113-141, 24 Mar. 2015.
- PASSARELLI, Eduarda. **A Força de uma trajetória: O Brasil e as operações de paz da ONU (1948-2015)**. Nota Conceitual Nr 19. Instituto Igarapé.
- BRASIL. **Estratégia Nacional de Defesa. Brasília**: Ministério da Defesa, 2008. **Livro Branco de Defesa. Brasília 2012**. Disponível em http://www.camara.gov.br/internet/agencia/pdf/LIVRO_BRANCO.pdf.
- BRASIL (2012). Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, DF. Disponível em <https://www.defesa.gov.br/arquivos/estado_e_defesa/END-PND_Optimized.pdf>. Acesso em 18 de outubro de 2018.
- BRASIL. Exército. **C 21-30: Abreviaturas, Símbolos e Convenções Cartográficas**. Brasília, DF, 4ª Edição, aprovado pela Portaria N° 055-EME, de 24 julho 2002.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Doutrina de Operações Conjuntas**. MD30-M-01/ Volumes 1. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2011.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Glossário das Forças Armadas**. MD 35-G-01.4.ed. Brasília. 2007.
- BRASIL. Ministério da Defesa. **Manual de Abreviaturas, Siglas, Símbolos e Convenções Cartográficas das Forças Armadas**. MD33-M-02. 3. Ed. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2008.
- EXÉRCITO, Escola de Comando e Estado-Maior. Departamento de Pesquisa e Pós-graduação. **Elaboração de Projetos de Pesquisa na ECEME**. Rio de Janeiro: ECEME, 2012. 36p.: il.; 30 cm.
- EXÉRCITO, Escola de Comando e Estado-Maior. **Formatação de trabalhos acadêmicos, dissertações e teses / Seção de Pós-Graduação**. Rio de Janeiro: ECEME, 2007. 109 P.: il.; 30 cm.
- BRACEY, CAVALCANTE, Fernando. **As origens conceituais da construção da paz das Nações Unidas**. *Univ. Rel. Int.*, Brasília, v. 8, n. 2, p. 1-22, jul./dez. 2010. Disponível em:

<<https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/viewFile/1328/1188>>. Acesso em: 21 abr. 2018.

CRUZ, Carlos Alberto Santos; PHILLIPS, William R.; CUSIMANO, Salvator. **Improving Security of United Nations Peacekeepers: We need to change the way we are doing business**. Nova Iorque, 19 dez. 2017. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/en/improving-security-of-united-nations-peacekeepers-independent-report>>. Acesso em: 25 abr. 2018.

GARCIA, Eugênio Proença. **De como o Brasil quase se tornou membro permanente do Conselho de Segurança da ONU em 1945**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 54, n. 1, p. 159-177, 2011.

HYAR, Albert Zaki. **O papel do Brasil na UNIFIL**. 2015. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE), Escola Superior de Guerra, 2015.

KALDOR, Mary. **New and Old Wars: organized violence in a global era**. Cambridge: Polity Press, 1999.

MACHADO, Marco Antônio Estevão. **Coronel Machado: depoimento [13 de abril. 2018]**. Rio de Janeiro: CCOPAB, 2018. Entrevista concedida ao grupo.

MB. **Participação brasileira na RCA: “Estamos prontos”**, avalia o Comandante-Geral do CFN. Marinha do Brasil, 13/03/2018.

NASSER, Filipe. **Pax brasiliensis: projeção de poder e solidariedade na estratégia diplomática de participação brasileira em operações de paz da Organização das Nações Unidas**. In: KENKEL, Kai Michael;

MORAES, Rodrigo Fracalossi de (Org.). **O Brasil e as Operações de Paz em um mundo globalizado. Entre a tradição e a inovação**. Brasília: IPEA, 2012. cap. 8, p. 213-242.

OLIVEIRA, Gilberto Carvalho, BLANCO, Ramon. **Peacekeepers em guerra: a emergência do conceito de estabilização e as transformações em curso nas operações de paz contemporâneas**. Manuscrito ainda não publicado. 2018.

ONU. **An Agenda for Peace: Preventive diplomacy, peacemaking and peacekeeping**. Nova Iorque, 31 jan. 1992. Disponível em: FAGANELLO, Priscila Liane Fett. **Operações de manutenção da paz da ONU: de que forma os direitos humanos revolucionaram a principal ferramenta internacional da paz**. 1 ed. Brasília: FUNAG, 2013. 326 p.

FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse Da. **O Brasil e as operações de manutenção da paz das Nações Unidas**. 1 ed. Brasília: FUNAG, 1999.

GALTUNG, Johan. **Three approaches to peace: peacekeeping, peacemaking, and peacebuilding**. In: GALTUNG, Johan (Ed.). Peace, war and defence: essays in peace research. Copenhagen: Christian Ejlertsen, 1976.

HAMANN, Eduarda Passarelli. **O Brasil e as operações de manutenção da paz: a consolidação de um novo perfil?**. Cadernos Adenauer, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 95-110, dez. 2016.

HAMANN, Eduarda Passarelli; Teixeira, Carlos Augusto Ramires (Org.). **A participação do Brasil na MINUSTAH (2004-2017): percepções, lições e práticas relevantes para futuras missões**. Edição especial. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, 2017.

HOWELL, Kelly Kristen. **The United Nations Force Intervention Brigade: Peace Enforcement as a Conflict Management Strategy in the Democratic Republic of the Congo, 2015**. Tese (Conflict and Dispute Resolution Program) – Graduate School, University of Oregon, Eugene.

SILVA, Antonio Ruy Almeida; BRAGA, Carlos Chagas Vianna; SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. **The Brazilian participation in UNIFIL: raising Brazil's profile in international peace and security in the Middle East?**. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 60, n.2, p.1-19, ago. 2017.

SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. **O Brasil, o Haiti e a MINUSTAH**. In: KENKEL, Kai Michael; MORAES, Rodrigo Francalossi de (Org.). **O Brasil e as operações de paz em um mundo globalizado: entre a tradição e a inovação**. Brasília: Ipea, 2012. cap. 9, p. 243-268. 2015.

WEISS, Herbert. **War and peace in the Democratic Republic of Congo**. Upsália: Nordiska Afrikainstitutet, 2000.

SANDALLI, Paolo. **Maritime task force's role in UNIFIL**. Al Janoub, v. 06, p. 6, jan. 2010. Disponível em: <https://unifil.unmissions.org/sites/default/files/old_dnn/docs/AlJanoub%20%28Issue06%29%20EN_8.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

UZIEL, Eduardo. **O Conselho de Segurança, as missões de paz e o Brasil no mecanismo de segurança coletiva das Nações Unidas**. 2a ed. Brasília, DF. Fundação Alexandre de Gusmão, 2015.
The Diplomat. **China Takes the Lead in UN Peacekeeping**. Disponível em: <<https://thediplomat.com/2018/04/china-takes-the-lead-in-un-peacekeeping/>>. Acesso em: 06 Fev. 2019.

Institute for Security & Development Policy. **China's Role in UN Peacekeeping**. Disponível em: <<http://isdpeu/publication/chinas-role-un-peacekeeping/>>. Acesso em: 04 Fev. 2019.

Ferreira, Patrícia Magalhães. **Cooperação Sul-Sul: a China em África**. OBSERVARE. Universidade Autónoma de Lisboa. 2010.

Seixas, Eduardo Palma de. **China e o Realismo: A Rota da Seda como Projeto de Consolidação e Projeção de Poder**. Pontifícia Universidade Católica. 2017.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

Peiyue, Liu **A introdução sobre as características básicas das políticas externas do Brasil e da China**. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. 2015

DORNELLES JR, Arthur Coelho. **A modernização militar da China e a distribuição de Poder no Leste Asiático**. PUC-RS. 2014.

BLASKO, Dennis J. **The Chinese Army Today**. Londres: Routledge, 2006

El País. **China inaugura sua primeira base militar no exterior**. https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/01/internacional/1501589492_007630.html. Acesso em 11 de Junho de 2019.

EUROPEAN BANK of Construction and Development. **Belt and Road Initiative**. <https://www.ebrd.com/what-we-do/belt-and-road/overview.html>. Acesso em 25 de Julho de 2019

MENDONÇA, Sandro. **Rota da Seda, velha (s) e nova (s)**. OBSERVARE. Universidade Autónoma de Lisboa. 2016.

Vázquez, Daniel Day. **Rota da Seda, o Colar de Pérolas e a competição pelo Índico**. Revista de Geopolítica. 2013.

The State Council Information Office of the People's Republic of China (SCIOPRC). **China's National Defense in the New Era**. <http://www.scio.gov.cn/ztk/dtzt/39912/41132/41134/Document/1660337/1660337.htm?from=singlemessage>. Acesso em 05 Ago 2019.

KOTZ, Ricardo Lopes. **A Nova Rota da Seda: entre a tradição histórica e o projeto geoestratégico para o futuro**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

PAUTASSO, Diego. **A Nova Rota da Seda e a recriação do sistema sinocêntrico**. Estudos Internacionais, Belo Horizonte, ISSN 2317-773X, v.4 n.3, 2017.

PAUTASSO, Diego. **O papel da África na nova rota da seda marítima**. Revista Brasileira de Estudos Africanos, 2016.

PEDROZO, Gustavo Erler. **Considerações sobre a participação da China nas operações de manutenção da paz das Nações Unidas**. Aurora, Marília, v.10, n. 2, p. 95-112, Jul./Dez., 2017.

BIATO JUNIOR, O. **A Parceria Estratégica Sino-Brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993-2006)**. Brasília: FUNAG, 2010.

CARRIÇO, A. **Os Livros Brancos da defesa da República Popular da China 1998-2010**. IDN Cadernos, Lisboa, maio 2012.

Xinhua, 2014. **China sends first infantry battalion for UN peacekeeping**.

Disponível em: <http://news.xinhuanet.com/english/china/2014/12/22/c_133871006.htm>. Acesso em: 16 jan. 2015.

DEUTSCHER, I. **O Maoísmo: origens, antecedentes e perspectivas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

FAIRBANK, J. K.; GOLDMAN, M. **China: uma nova história**. Porto Alegre: L&PM, 2007.

FIGUEIREDO, M. V. M. A. **Transformações nas operações de paz e proteção humanitária no pós Guerra Fria**. In: _____ 3º Encontro Nacional da ABRI. São Paulo: [s.n.], 2011.

FONTOURA, P. R. C. T. D. **O Brasil e as operações de manutenção de paz das Nações Unidas**. Brasília: FUNAG, 2005. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/23Brasil_e_as_Operacoes_de_Manutencao_da_Paz_das_Nacoes_Unidas_O.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2015.

GILL, B.; CHIN-HAO, H. **China's expanding peacekeeping role: its significance and the policy implications**. SIPRI Policy Brief, fev. 2009. Disponível em: <<http://books.sipri.org/files/misc/SIPRIPB0902.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2015.

HIRONO, M. **China's Charm Offensive and Peacekeeping: the lessons of Cambodia - what now for Sudan?** International Peacekeeping, 3, n. 18, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/13533312.2011.563097>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

HIRONO, M.; LANTEIGNE, M. **Introduction: China and UN Peacekeeping**. International Peacekeeping, 3, n. 18, 2011. 243-256. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/13533312.2011.563070>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

LEITE, I. C. **Cooperação Sul-Sul: conceito, história e marcos interpretativos**. Observador on-line, Rio de Janeiro, 7, n. 03, mar. 2012. Disponível em: <http://observatorio.iesp.uerj.br/images/pdf/observador/observador_v_7_n_03_2012.pdf>. Acesso em: 22 set. 2014.

LÜTHI, L. **The People's Republic of China and the Warsaw Pact Organization, 1955-63**. Cold War History, 07, n. 04, nov. 2007. 479-494. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14682740701621762#.VOYtj-aG9HU>>. Acesso em: 11 fev. 2015.

MITCHELL, D. J. **China and the developing world**. In: CSIS The China Balance Sheet in 2007 and Beyond. Washington: [s.n.], 2007. Disponível em: <<http://csis.org/programs/freeman-chair-chinastudies/china-balance-sheet/papers>>. Acesso em: 10 maio 2013.

MOYO, D. **O vencedor leva tudo: a corrida chinesa por recursos e seu significado para o mundo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

PECEQUILO, C. **A política externa do Estados Unidos: continuidade ou mudança.** Porto Alegre: UFRGS, 2005.

PEDROZO, G. E. **Reestruturação das Instituições de Controle das Empresas Estatais chinesas:** Marília: UNESP, 2012. 165f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de PósGraduação em Ciências Sociais. Faculdade de Filosofia e Ciências - UNESP. Marília. 2012.

PIRES, M. C. **A política de desenvolvimento pacífico da China: uma estratégia em xeque.** Congreso nacional ALADAA de Argentina. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires. 2014.

STAEHLE, S. **China's participation in the United Nations peacekeeping regime.** Washington: The George Washington University, 2006. 116f. Thesis (Master of Arts). Elliot School of International Affairs. Washington. 2006.

ISDP, 2018. **China's Role in UN Peacekeeping.** Disponível em <http://isdp.eu/publication/chinas-role-un-peacekeeping/>. Acesso em 02 Set 19.

CHINA DAILY, 2017. **China, a positive force for world peace.** http://www.chinadaily.com.cn/opinion/2017-08/03/content_30338027.htm. Acesso em 05 Ago 19.

XINHUA, 2015. **Inside China's peacekeeping Center.** Disponível em http://www.xinhuanet.com//mil/2015-10/16/c_128325294_5.htm. Acesso em 03 Jul 19.

Scobell, Andrew; Lin, Bonny; Shatz, Howard J. **At the Dawn of Belt and Road.** Rand Publications, 2018.

Ecodebate, 2019. Diniz Alves, José Eustáquio. **Crescimento demoeconômico da Etiópia: a 'China da África'?** Disponível em <https://www.ecodebate.com.br/2019/01/30/crescimento-demoeconomico-da-etioopia-a-china-da-africa-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso em 3 Set 19.